

OS RURALISTAS E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O DIREITO À TERRA DURANTE COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Mayrá Silva Lima ¹

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar os discursos construídos sobre direito à terra a partir da análise dos enquadramentos midiáticos da cobertura jornalística realizada pelos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo sobre as Comissões Parlamentar Mistas de Inquérito (CPMI) da Terra e do 'MST'. As investigações citadas, enquanto espaço político de debate e disputas acerca de temas que envolvem o direito à terra, foi motivo de acompanhamento jornalístico. As investigações foram capazes de agendar temas relacionados ao direito à terra nos meios de comunicação, o que abre o questionamento acerca dos enquadramentos utilizados e de que forma isto contribuiu para os interesses ruralistas, em detrimento dos interesses concorrentes. Considerando que os interesses dos ruralistas são mais bem posicionados que outros, definindo assim relações de dominação e poder, a análise dos meios de comunicação se torna importante diante da construção de subjetividades coletivas e consensos que fortalecem a hegemonia dos interesses ruralistas.

Palavras-Chave: Ruralistas; Sem Terra; Enquadramento.

Abstract: The objective of this article is to identify the discourses built on land rights based on the analysis of the media coverage of the journalistic coverage of the Folha de São Paulo, O Globo and O Estado de São Paulo newspapers on Land's Parliamentary Inquiry Commission and MST's Parliamentary Inquiry Commission. The investigations, as a political space for debate and disputes about issues involving the right to land, were the subject of journalistic follow-up. The investigations were able to schedule issues related to the right to land in the media, which opens the question about the frameworks used and how this contributed to rural interests, to the detriment of competing interests. Considering that the interests of the ruralists are better positioned than others, thus defining relations of domination and power, the analysis of the means of communication becomes important in the face of the construction of collective subjectivities and consensuses that strengthen the hegemony of ruralist interests.

Keywords: Ruralists; Landless; Framework

Introdução

O objetivo deste artigo é identificar os discursos construídos sobre direito à terra a partir da análise dos enquadramentos midiáticos da cobertura jornalística das Comissões Parlamentares Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra) e do MST

¹ Doutoranda do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Os dados aqui utilizados fazem parte de pesquisa mais ampla e em andamento. Trata-se de uma análise preliminar.

(CPMI do MST), realizadas pelos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo.

Para a coleta de dados, há o uso do clipping realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, fruto da consultoria 105344, realizada por Fernanda Melazo Dias. Este clipping foi produzido por meio do sistema interno da Empresa Brasil de Comunicação e através da busca por publicações em que apareciam as seguintes palavras-chave: CPI da Terra; CPMI da Terra. Em relação à CPMI do MST, ou CPMI do Campo (o seu nome original), os dados utilizados são oriundos de clipping realizado através do acervo dos jornais pesquisados, através da busca por publicações em que apareciam as palavras chave “CPMI do MST; CPI do MST; CPI do Campo”. Ambos os clippings foram delimitados ao período de funcionamento das investigações.

Deste modo, o universo analisado é composto por 218 publicações entre matérias, artigos de opinião e editoriais, sendo assim divididos: Folha de São Paulo: 68 publicações; O Estado de São Paulo: 93 publicações; O Globo: 57 publicações. Do total de textos, apenas 20 tiveram chamada na capa do jornal. A catalogação do *corpus* foi realizada com a ajuda do programa Sphinx Survey.

A CPMI da Terra foi realizada entre os anos de 2002 e 2005, com a finalidade de realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores assim como os movimentos de proprietários de terras. Já a CPMI do MST, como ficou nacionalmente conhecida a CPMI do Campo, foi realizada entre os anos de 2009 e 2011. Teve por finalidade apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária.

A escolha de ambas investigações como unidades de análise se justifica, porque ambas debateram a questão da estrutura fundiária do Brasil e a atuação de movimentos sociais de luta por terra e território, atores considerados antagonistas dos

ruralistas, aqui identificados pelos representantes de proprietários de terra, ou por defensores do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o meio rural. A CPMI da Terra foi a investigação sobre a temática abordada de maior duração de tempo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e serviu de referência para a atuação ruralista durante a CPMI do MST.

As investigações foram capazes de agendar temas relacionados ao direito à terra, principalmente no âmbito da atuação de movimentos sociais de luta pela terra, em especial o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isto abre o questionamento acerca dos enquadramentos utilizados e de que forma isto contribuiu para os interesses ruralistas, em detrimento dos interesses concorrentes. É preciso ainda destacar que os jornais escolhidos para a análise são os três principais de circulação nacional e diária, sendo “consensual entre os analistas que o jornalismo político desses veículos possui forte impacto no campo político e no debate das questões públicas e grande influência nos segmentos da opinião pública mais bem informados, além de frequentemente pautar outras mídias e campanhas eleitorais” (AZEVEDO, 2017, p.28).

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, há uma contextualização das duas investigações e seus resultados, em um cenário de organização da bancada parlamentar de representação do patronato rural, a bancada ruralista. Na segunda e terceira partes, o texto apresenta os principais conceitos teóricos que orientam o debate acerca do agendamento e enquadramento de temas. Por fim, o artigo traz a análise dos enquadramentos identificados e considerações diante dos resultados.

1. Os ruralistas no Parlamento e uso de CPIs como espaço de promoção de valores

Desde o seu despontar durante a Constituinte, ainda na década de 1980, a Bancada Ruralista é uma das mais expressivas do Parlamento brasileiro. A formação desta bancada parlamentar, segundo Bruno (2009), apresenta um espaço de construção de identidades e representação dos interesses das classes e grupos dominantes no meio rural, cuja inserção na vida política do Congresso Nacional permite também a criação de alianças com outros setores que não são necessariamente ligados à atividade rural.

É preciso reconhecer a propriedade privada da terra, enquanto um valor dominante, como uma relação social que exprime identidades e antagonismos entre grupos, que determina traços culturais e políticos da sociedade brasileira (BRUNO, 2009, p.218). Também é preciso considerar os esforços para tornar o agronegócio como um consenso para o desenvolvimento rural. Há preocupação em construir, por meio da institucionalização de interesses e o fortalecimento da representação nos espaços de poder, a palavra agronegócio como um organizador coletivo que une as elites ruralistas (BRUNO, 2009, p.114). Este modelo é dependente do Estado (HEREDIA, LEITE e PALMEIRA, 2010; DELGADO, 2012), enquanto regulador de políticas que favorecem os proprietários de terra e constroem projetos que vão de encontro aos interesses ruralistas.

No Parlamento, há uma vantagem dos ruralistas que possibilita meios formais para desmobilizar qualquer perspectiva mais pluralista em torno da agenda agrária, principalmente quando se trata da defesa do valor absoluto da propriedade da terra e, mais recentemente, do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o meio rural. Nas legislaturas 2012-2015 (54º legislatura) e 2015-2018 (55º legislatura), os membros integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, braço oficial da bancada ruralista no Congresso Nacional, foram de 191 e 228 deputados federais, além de 11 e 27 senadores, respectivamente.

É no contexto dos governos do PT que foram instaladas as Comissões Parlamentares de Inquérito da Terra e do MST. Ambas foram mistas, ou seja, envolveram deputados federais e senadores. A CPMI da Terra, depois da Constituinte de 1988, configura-se como o espaço mais rico de debate sobre a questão agrária e o direito à terra, devido ao grau de disputas ocorridas nesta CPMI. A investigação, de 43 reuniões, deparou-se com pelo menos três situações de repercussão nacional e internacional: o assassinato dos fiscais de trabalho em Unaí (MG); o massacre de Felisburgo e a morte da irmã missionária Dorothy Stang². O relatório vencedor foi o

²Chacina de Unaí: em 2004, três auditores fiscais do trabalho e o motorista da equipe foram alvejados na cabeça com tiros de revólver. As vítimas Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares e Nelson José da Silva eram servidores do Ministério do Trabalho e Emprego. Ailton Pereira de Oliveira dirigia o veículo com os auditores. Todos vistoriavam as condições de trabalho e moradia de colhedores de feijão. Massacre de Felisburgo: em Minas Gerais, o Massacre de Felisburgo vitimou cinco trabalhadores rurais. O réu confesso do Massacre é o fazendeiro Adriano Chafik. Além de participar diretamente da ação, contratou 16 pistoleiros para atacar as 230 famílias do acampamento Terra

apresentado pelo deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), integrante da bancada ruralista, em detrimento do relatório apresentado pelo relator oficial, o deputado João Alfredo (PSOL-CE).

Já a CPMI do MST foi motivada pela edição nº 2128, do dia 02 de setembro de 2009, da Revista Veja, de circulação nacional no Brasil. A revista trouxe em sua capa a matéria intitulada “Abrimos os cofres do MST”. O texto denunciava desvios de R\$ 60 milhões de recursos públicos destinados a entidades ligadas ao MST para a realização de serviços de georreferenciamento e outros pareceres técnicos, principalmente no estado de São Paulo. Em outra reportagem³, desta vez no Jornal Nacional da rede Globo de Televisão, transmitida no dia 05 de outubro de 2009, manifestantes do MST apareceram derrubando laranjais após uma ocupação da Fazenda Santo Henrique, da empresa Cutrale, em São Paulo. Ambas as matérias possibilitaram o clima político necessário para a instalação de mais uma investigação no Parlamento brasileiro, protagonizada pela bancada ruralista. O período eleitoral influenciou no funcionamento desta comissão que foi composta por apenas 13 sessões, todas concentradas na Câmara Federal e sem um relatório votado, ainda que o relator Jilmar Tatto (PT-SP) tenha entregue seu relatório.

O reconhecimento da posição da bancada ruralista na Câmara dos Deputados abre a discussão sobre o poder desta bancada na tramitação política de seus interesses. Bachrach e Baratz (2011) propõem que os pesquisadores devem prestar atenção ao que chamam de “face invisível do poder”, ou seja, na capacidade de que os indivíduos ou grupos “têm de controlar ou manipular os valores sociais e políticos” (idem, p. 149).

Segundo os autores, o poder pode ser exercido quando A participa da tomada de decisão que afeta B. Mas o poder também pode ser verificado quando A se mobiliza de forma a garantir valores sociais e políticos de práticas institucionais que limitem o escopo do processo político presente na arena pública somente a temas que

Prometida, organizado pelo MST, na fazenda Nova Alegria. Morte da Irmã Dorothy: a missionária foi morta, em 2005, a tiros por pistoleiros, dentro do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, em Anapú, Pará. Fonte: site do MST, acesso em 15 de agosto de 2018.

³ O título da matéria de televisão foi “MST destrói milhares de pés de laranja em SP” (JORNAL NACIONAL, 05 de outubro de 2009).

interessam ao mesmo A. Como afirmam Bachrach e Baratz (idem, p. 151), se A obtém o sucesso disso, impede que B leve ao espaço público temas que possam ser prejudiciais aos interesses de A. Isso mostra um desenho em que uma organização política pode ter um viés, onde determinados conflitos são priorizados em detrimento, ou a partir da supressão de outros temas, sendo eles organizados e mobilizados a partir das instituições políticas, ou fora delas.

O que Bachrach e Baratz (idem, p. 153) mostram é esta face do poder que deve ser considerada nas análises dos valores dominantes e dos mitos, rituais e instituições políticas que tendem a favorecer os interesses organizados de um ou mais grupos. Ou seja, desloca-se a pergunta sobre “quem domina?” e sobre “alguém tem poder?” para uma investigação da mobilização de viés da instituição e quais os grupos são beneficiados por isso, em detrimento, ou não, de outros.

As duas investigações são exemplos de ação da representação ruralista no Parlamento brasileiro, em que é possível estabelecer princípios que se revelam em discursos, estratégias e ações que identificam valores que são mobilizados por este grupo parlamentar. No entanto, a CPMI da Terra é referência não somente pelo seu tempo maior de duração, como também pelos seus resultados terem sido transferidos à CPMI do MST, o que soma à última investigação questões já levantadas pela primeira CPMI.

O primeiro valor mobilizado trata da importância dos movimentos sociais enquanto ator político legítimo em uma sociedade democrática. Reconhecer que os movimentos sociais são atores políticos significa incluí-los como vozes políticas dentro de um cenário democrático. Durante as CPMIs, os ruralistas acompanharam a tendência de que a sociedade civil se articula através de uma estrutura jurídica determinada pelo Estado. Para eles, a importância da representação jurídica e financeira é fundamental para a responsabilização direta do indivíduo, não reconhecendo assim o sujeito coletivo que esteja fora do modelo ruralista de representação.

O segundo valor mobilizado está no estabelecimento da competência de quem é protagonista do desenvolvimento rural. As CPMIs mostram o questionamento a repasses do Estado a outras entidades que são caracterizadas como antagônicas a

partir do discurso da competência da gestão do dinheiro público e da vocação para o trabalho no campo.

O terceiro valor mobilizado está no questionamento da legalidade e da legitimidade dos movimentos sociais de luta pela terra. O resultado desta articulação, que trouxe dispositivos legais editados ainda no regime civil-militar brasileiro, foi a criminalização dos movimentos sociais que lutam por reforma agrária a partir de formas de protesto que incluam ao questionamento da propriedade da terra. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública e pelo órgão estatal responsável) como criminosas, ou seja, como ações realizadas à margem da lei e da ordem (SAUER, 2010).

Esse conjunto de valores defendidos revelam as formas a partir do qual os ruralistas tentam invisibilizar, ou suprimir temas que, provenientes de setores antagônicos, vão de encontro aos interesses ruralistas, principalmente no que tange à preservação da propriedade da terra. Desta forma, mobilizar valores de modo que eles sejam efetivos para a promoção de vieses nas instituições políticas, a exemplo do Parlamento, pode possibilitar a manutenção e renovação de uma hegemonia dos interesses e valores ruralistas na sociedade como um todo.

Por hegemonia entendo a construção e realização de uma visão de mundo em processos, onde há a capacidade de uma classe⁴ (subalterna ou dominante) de elaboração e autonomia, diante de reforma intelectual, moral e econômica capaz de criar uma vontade coletiva total (GRAMSCI, 1976). Somam-se à habilidade descrita as possíveis alianças dentro de um campo de lutas para a mobilização de projetos que definam políticas de intervenção no real (DIAS, 1991). Entendo que, no caso dos ruralistas, a mobilização de valores no âmbito político é tomada como uma habilidade deste setor em formular sínteses que promovem vieses nas instituições políticas, que

⁴ Gramsci tem inspiração marxista ao se referir a termos como classe dominante e subalterna. O prefácio de “Contribuições à Crítica da Economia Política”, escrito por Karl Marx em 1859, traz um conjunto de categorias, que explicam a estruturação da sociedade através do método do materialismo histórico-dialético. Desta forma, segundo Marx, “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (MARX, 2008, p.47). A totalidade dessas relações constitui a estrutura da sociedade, a base sobre a qual se releva a superestrutura que correspondem às formas sociais determinadas pela consciência (Marx, 2008).

facilitam a disputa por hegemonia acerca de determinados temas, pois se tratam da construção de racionalidades dominantes que podem ganhar a sociedade.

É no contexto do estudo sobre hegemonia política e social dos ruralistas que incluo os meios de comunicação nesta pesquisa. A mídia é um objeto importante para se pensar na hegemonia, porque “os discursos que a ‘grande imprensa’ coloca em circulação podem ser um índice de quais são as compreensões da política que se tornaram hegemônicas no campo mais amplo e heterogêneo da produção ideológica” (BIROLI e MIGUEL, 2011, p.7).

2. O debate sobre agendamento e enquadramento a partir do que foi veiculado sobre a CPMI da Terra na mídia

A construção de racionalidades dominantes acerca do direito à terra e da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra a partir da CPMI da Terra e da CPMI do MST também envolve os meios de comunicação. Desde o princípio do processo de investigação do Parlamento, os meios de comunicação se configuraram como intermediários da disputa política.

É particular o fato motivador da CPMI da Terra: o uso de um boné do MST pelo Presidente Lula, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, foi o estopim para a Bancada Ruralista mobilizasse a investigação, com o apoio de parlamentares considerados opositores do Governo Lula. Foi a aproximação pública do Presidente Lula com o MST, enquanto movimento de luta por terra, que indignou a maioria dos parlamentares. A CPMI do MST, como já adiantado, é fruto de matérias jornalísticas.

Em uma sociedade cujo ambiente é repleto de conflitos de interesses, não se espera que os meios de comunicação sejam “os porta-vozes imparciais do debate político” (MIGUEL, 2002, p. 161), o que significa ser necessário perceber que há grupos que são prejudicados pela forma que se gere a produção e difusão de informações. A questão é que, na medida em que não se espera uma neutralidade da mídia diante de sua própria estrutura monopolizada e de caráter empresarial, processos de dominação são reproduzidos, por meio da difusão de valores, visões de mundo e também projetos políticos. No caso do objeto desta pesquisa, de que forma há uma adesão da imprensa aos valores mobilizados pelos ruralistas durante as CPMIs?

É neste sentido que o debate sobre agendamento e enquadramento orienta o artigo. O processo da comunicação de massa é fundamental em qualquer análise da natureza da conduta política, sob qualquer perspectiva territorial. Em seu próprio processo de elaboração e difusão do conteúdo simbólico, há a formação social constituída, que interfere nas percepções acerca do mundo, na medida em “que propõe óticas argumentativas sobre a realidade, aceitas por amplos segmentos sociais, dentro de uma lógica de identificação e correspondência” (MORAES, 2010, p.67).

Do ponto de vista de grandes monopólios de mídia, como é o caso brasileiro⁵, trata-se conservar uma concepção dominante de um bloco social hegemônico, por meio da regulação da opinião através de critérios exclusivos de agendamentos e enquadramento de temas, de forma a organizar e unificar a opinião pública por meio de transmissão de conteúdos que conferem princípios e valores (MORAES, 2010, p.67).

O agendamento de temas e questões relevantes postas para deliberação pública é, em grande parte, condicionada pela visibilidade dada a determinados temas pelos meios de comunicação de massa. Segundo McCombs (2009, p.111), o agendamento “é uma teoria sobre a transferência da saliência das imagens da mídia sobre o mundo às imagens de nossas cabeças”, sendo a ideia teórica central “é que os elementos proeminentes nas imagens da mídia tornam-se proeminentes na imagem da audiência” (idem), ou seja, “os elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público” (ibidem).

Neste sentido, os meios de comunicação são capazes de formular questões públicas que ganham relevância social, diante de um cidadão comum que considera o que é veiculado como assunto importante e de políticos e funcionários públicos que se veem na obrigação de dar respostas (MIGUEL, 2014, p. 142). Ao mesmo tempo, conforme afirmação de Mantovani (2017, p. 63), é “importante distinguir a atenção da mídia para um tema, (agendamento de primeira dimensão), da maneira como esse

⁵ Estima-se que menos de dez famílias compõem grupos que controlam cerca de 80% do sistema de grande mídia do país, dentre elas os Marinho (Globo), os Saad (Bandeirantes), Abravanel (SBT), os Sirotsky (RBS- Sul do Brasil), a família Câmara (Anhanguera - Centro Oeste do Brasil), além dos Civita (todas as publicações da editora Abril, incluindo a revista ‘Veja’); os Frias (Folha de São Paulo) e Mesquita (Estado de São Paulo), para citar os maiores (Lima, 1998).

tema é enquadrado (agendamento de segunda dimensão, ou agendamento de atributos⁶)”.

Os enquadramentos chamam atenção para as perspectivas dominantes, mediante uma habilidade da mídia em influenciar a forma de como a audiência captura os objetos. Robert Entman (1993) defende que os enquadramentos perpassam todo o processo comunicativo, estando nos textos, interlocutores e na própria cultura, sendo o “poder de enquadrar” localizado na relação entre todo o processo.

Para Entman (1993, p.52, tradução nossa), “para enquadrar é preciso selecionar alguns aspectos da realidade apercebida e torná-los mais salientes em uma comunicação textual, de modo a promover a definição de problema específico, uma interpretação causal, avaliação moral e /ou recomendação de tratamento para o item”. Isto a partir da compreensão de que os *frames*, enquanto molduras de sentido, “podem definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções” (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p. 193), o que deixa “evidente sua dimensão política” (idem). Ou seja, “o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguirem certa trilha interpretativa” (idem).

O contexto de atuação partidária do jornalismo (BIROLI, 2013, p.129) deve ser considerada. Para Biroli (idem), não se trata, apenas, de verificar se há uma atuação do jornalismo que se identifica com algum partido político. A autora utiliza a noção de atuação partidária como opção para ressaltar esta posição situada, que tensiona dualidades entre o que se considera como jornalismo partidário e jornalismo profissional. Conforme Biroli (ibidem), “o jornalismo é a expressão de ‘uma parte’ nas disputas mesmo quando não existe alinhamento político-partidário estável”.

No caso da agenda agrária nos meios de comunicação, há um histórico de tratamento diferenciado nas coberturas no que se refere à reforma agrária e aos movimentos sociais de luta por terra e território (BIROLI, 2013, p.138). Não obstante, grande parte dos meios de comunicação do Brasil possuem relações e negócios que

⁶ Segundo McCombs (2009, p.138-139), os atributos podem ser simples, tais como a descrição de pessoas por meio da idade, lugar de nascimento, mas podem também ser complexos, tais como a qualificação de projetos políticos e temas, a exemplo da economia de um país, ou reformas políticas promovidas por governos.

envolvem o agronegócio brasileiro. Segundo a pesquisa “Quem controla a Mídia”⁷, realizada pelo Intervezes e Repórter Sem Fronteiras, a relação entre mídia e agronegócio pode ser observada, tanto na produção de conteúdo, quanto nos investimentos financeiros.

A pesquisa cita, além de outros, o caso do Grupo RBS, “cujos acionistas são proprietários de terra e criaram o Canal Rural de TV, em 1996, posteriormente vendido para a J&F Investimentos, controladora do Frigorífico JBS, em 2013” (MOM, 2018). Também cita o caso da família Saad, proprietária de terras e dona do grupo Bandeirantes, que possui “o canal de TV a cabo Terraviva e, na Band News, o Jornal Terraviva reapresenta notícias sobre o agronegócio produzidas pelo canal especializado” (idem).

Durante as CPMIs analisadas, as matérias jornalísticas publicadas nos grandes meios, seja de caráter noticioso ou opinativo, também subsidiaram a criação de requerimentos de investigação, justificaram processos judiciais de quebra de sigilo bancário e foram referências para a defesa de pontos de vista de parlamentares. O uso político dos grandes meios de comunicação na CPMI da Terra caracterizou-se, principalmente, através do vazamento de informações sigilosas à imprensa de organizações ligadas a promoção da reforma agrária, sendo o alvo principal o MST.

Isto ajudou a modificar o jogo político, geralmente, em favor das estratégias da bancada ruralista no que tange à desconstrução de movimentos sociais que questionam a propriedade da terra, a exemplo do MST, como ator político, sendo sua existência criminalizada.

3. Os enquadramentos predominantes nas CPMIs

Para este artigo, as categorias utilizadas para a análise e codificação dos conteúdos de mídia no âmbito das duas CPMIs consideram desde já que a bancada ruralista elegeu um alvo prioritário nas investigações: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Neste sentido, foram identificados 16 enquadramentos diferentes, expressos nos textos jornalísticos que abordaram a CPMI da Terra e a CPMI do MST:

⁷ A pesquisa faz parte do Media Ownership Monitor Brasil (MOM) e pode ser acessada por este link: <https://brazil.mom-rsf.org/br/> (Acesso em 18 de julho de 2018).

Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade; Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo; Os problemas no campo não se resumem ao MST; Propriedade de terra é direito; Agronegócio é a modernidade para o campo e promove a riqueza para o Brasil; Reforma Agrária é política inconsequente; Dinheiro Público financia MST; ONGs financiam MST; PT/Governo é pró-MST; Financiamento das organizações ruralista; Ruralistas querem constranger MST; Estado causa entraves à reforma agrária; Estado não combate violência no campo; Proprietários de terra causam violência e tensão no campo; CPMI não cumpriu seu objetivo; Novas políticas para reforma agrária.

Na sequência, foram definidas as vozes presentes no texto jornalístico. Não se trata de quem produziu os textos jornalísticos - que podem ser assinados, ou não - mas de quem teve voz presente. Do total de 218 textos, 171 foram construídos com alguma voz presente, podendo ser encontrado mais de uma categoria de voz presente em um texto analisado. Deste modo, algumas categorias de vozes foram definidas: Bancada ruralista; Parlamentar não ruralista; Organizações sociais de luta por terra e território; Organização social ruralista; Especialista; Governo; Outras autoridades públicas.

Também elenco categorias diferentes para o tipo de texto analisado. De modo que 162 textos são notícias; 12 textos são editoriais; 9 são artigos de opinião; 3 são entrevistas, 5 cartas de leitores, 20 textos estão inseridos em colunas e 8 textos são notas. As notas são diferenciadas das notícias, devido ao seu tamanho e, na maioria das vezes, devido ao caráter mais opinativo, seja de quem assina o texto, seja do próprio jornal. No entanto, são textos que não estão publicados em partes destinadas a textos de opinião.

Há um fato curioso nesta investigação no que diz respeito ao jornal Folha de São Paulo, que dedicou ao seu impresso somente uma matéria que abordava a CPMI do MST. A pesquisa verificou que, de forma online, o jornal publicou 97 publicações.

Os enquadramentos demonstram que há uma diversidade de temas abordados durante as investigações, o que não significa uma diversidade de notícias para cada enquadramento identificado. A tabela 1 consiste na análise dos enquadramentos identificados nos três jornais analisados.

TABELA A: Enquadramento x jornal – CPMI DA TERRA

Enquadramento/Jornal	Folha de São Paulo	O Estado de São Paulo	O Globo	TOTAL
1- Dinheiro Público financia MST	17	26	2	45 (29,4%)
2- Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo	8	9	3	20 (13,1%)
3- Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade	10	7	1	18 (11,8%)
4- PT/Governo é pró-MST	7	6	0	13 (8,5%)
5- Proprietários de terra causam violência e tensão no campo	8	4	1	13 (8,5%)
6- Ruralistas querem constranger MST	2	4	3	9 (5,9%)
7- Estado causa entraves à reforma agrária	5	2	0	7 (4,6%)
8- CPMI não cumpriu seu objetivo	1	2	4	7 (4,6%)
9- ONGs financiam MST	3	0	3	6 (3,9%)
10- Reforma Agrária é política inconsequente	1	4	0	5 (3,3%)
11- Os problemas no campo não se resumem ao MST	3	0	0	3 (2%)
12- Estado não combate violência no campo	1	1	0	2 (1,3%)
13- Propriedade de terra é direito	0	2	0	2 (1,3%)
14- Agronegócio é a modernidade para o campo e promove a riqueza para o Brasil	0	1	0	1 (0,7%)
15- Financiamento das organizações ruralista	1	0	0	1 (0,7%)
16- Novas políticas para reforma agrária	0	1	0	1 (0,7%)
TOTAL	67	69	17	153

TABELA B: Enquadramento x jornal – CPMI DO MST

Enquadramento/Jornal	Folha de São Paulo	O Estado de São Paulo	O Globo	TOTAL
1- PT/Governo é pró-MST	0	11	12	23 (35,38%)
2- Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade	0	3	9	12 (18,46%)
3- Dinheiro Público financia MST	0	7	5	12 (18,46%)
4- Ruralistas querem constranger MST	1	1	8	10 (15,38%)
5- CPMI não cumpriu seu objetivo	0	0	3	3 (4,61%)
6- Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo	0	1	1	2 (3,07%)
7- Reforma Agrária é política inconsequente	0	1	0	1 (1,53%)
8- ONGs financiam MST	0	0	1	1 (1,53%)
9- Propriedade de terra é direito	0	0	1	1 (1,53%)
TOTAL	1	24	40	65

A análise dos dados demonstra que os jornais dedicaram a maior parte de seus textos para trazer questões sobre a atuação de movimentos sociais de luta pela terra, tendo no MST a principal referência. Dos 16 enquadramentos identificados, seis se tratam de atributos considerados negativos aos movimentos sociais, sobretudo o MST. São eles: “Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade”; “Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo”; “Reforma Agrária é política inconsequente”; “Dinheiro Público financia MST”; “ONGs financiam MST”; “PT/Governo é pró-MST”. Três enquadramentos se tratam de questionamentos à atuação do patronato rural em relação à defesa da propriedade e/ou agronegócio: “Financiamento das organizações ruralista”; “Ruralistas querem constranger MST”; “Proprietários de terra causam violência e tensão no campo”.

Outros três enquadramentos tratam da atuação do Estado em relação à reforma agrária, ou direito à terra: “Estado causa entraves à reforma agrária”; “Estado não combate violência no campo”; “Novas políticas para reforma agrária”. Dois enquadramentos tratam da defesa de projetos da bancada ruralista: “Propriedade de terra é direito”; “Agronegócio é a modernidade para o campo e promove a riqueza para o Brasil”. Outros dois se tratam de críticas à CPMI e seus objetos de investigação: “Os problemas no campo não se resumem ao MST”; “CPMI não cumpriu seu objetivo”. No entanto, esse conjunto final de enquadramentos é minoritário se considerarmos o total dos textos analisados. A única ‘não referência’ está em uma nota escrita na coluna Panorama Político do jornal O Globo, intitulada “Traíras do DEM”. A nota apenas cita que o partido

No entanto, os enquadramentos aparecem de forma diferente nas CPis. No caso da CPMI da Terra, o enquadramento na 1^o posição: “Dinheiro Público financia MST” é o que mais aparece nos jornais Folha de São Paulo (17 textos/ 25,37%) e O Estado de São Paulo (26 textos/ 37,68%). Em ambos os jornais, e de forma minoritária pelo O Globo, a categoria notícia foi a mais utilizada, com 37 textos. O enquadramento aparece como um artigo de opinião apenas uma vez, com o texto “Podridão Agrária”, assinado por Xico Graziano em 06 de dezembro e 2005.

(...) O chamado movimento social vive à custa do cofre público. Convênios se destinam, no papel, a apoiar ações altruístas e, na prática, alimentam o processo das invasões de terra (...) Qualquer semelhança não é mera coincidência. A traquinagem do MST funciona com a tradicional tecnologia dos ladrões do dinheiro público. (GRAZIANO, O Globo em 06 de dezembro de 2005).

O enquadramento na 1^o posição da tabela A aparece majoritariamente em notícias relacionadas a convênios estabelecidos por organizações civis com o Estado brasileiro, cujo trabalho era relacionado à reforma agrária. Essas organizações foram apontadas como braços financeiros das ações de protesto do MST, independente do trabalho realizado. Diferencia-se do enquadramento 9 da mesma tabela, pois se tratam de textos que apontavam valores de convênios públicos, ou que publicizaram análises do Tribunal de Contas da União, ainda que inacabadas; não apenas da indicação de organizações não governamentais que trabalham com o público da reforma agrária, sejam elas nacionais, ou internacionais.

Este enquadramento dialoga com a construção do segundo valor mobilizado pelos próprios parlamentares ruralistas durante as investigações. As organizações civis, ligadas ou não ao MST, foram questionadas por suas relações com um movimento social a partir de um estranhamento acerca dessas organizações terem acesso a convênios públicos. Esse estranhamento se configura em criminalização, quando, por meio de narrativa, se induz à interpretação de que os convênios financiam as ações de ocupação de movimentos sociais.

No entanto, este enquadramento aparece na 3^o posição quando se trata da CPMI do MST. O enquadramento que mais aparece nesta investigação é o “PT/Governo é pró-MST”. Este enquadramento trata das relações entre o MST e o Governo Federal, em matérias que predominam a descrição de como setores governistas no Executivo e no Parlamento atuaram para “proteger” o MST das investigações, conforme o exemplo: “Criada com o apoio de parlamentares aliados ao Palácio do Planalto, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do MST só “vingará” se contar com a rebeldia dos governistas” (COSTA e PIRES, O estado de São Paulo em 23 de outubro de 2009). Uma hipótese para o predomínio deste enquadramento é o período das investigações, que coincide com o período das eleições presidenciais de 2010.

O enquadramento “Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade” aparece bem posicionado em ambas CPMI, estando em 3º lugar na CPMI da Terra e em 2º lugar na CPMI do MST. Este enquadramento atribui aos movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, um caráter de promoção de instabilidade, violência, ou que agem na ilegalidade, principalmente por não terem uma chave jurídica de identificação, tal qual são as organizações não governamentais, ou por recorrem à ocupação de terra, ou terem algum acesso à convênios públicos.

É sob este enquadramento que se encontram seis editoriais encontrados, metade do total de textos encontrados nesta categoria. Foi o exemplo do editorial do jornal O Estado de São Paulo, do dia 18 de junho de 2004, intitulado “Financiamento do Esbulho”. Mas também há este enquadramento em artigos de opinião, a exemplo do publicado por Denis Rosenfield, filósofo reconhecido por suas defesas à propriedade privada. O atributo majoritário é o questionamento do movimento social em si a partir de suas características enquanto movimento popular e ações de protesto.

O fato é que uma organização sem pessoa jurídica que a represente, sem registro oficial, sem obrigações fiscais e sem limitações de quaisquer espécies imposta à sua livre movimentação – visto que se coloca à margem (e acima) das leis vigentes – recebe financiamento inclusive de organizações internacionais. (...) Torna-se cada vez mais claro, então, que o MST não está nem um pouco preocupado em legalizar a sua situação, visto que o status de sua ‘clandestinidade ostensiva’ lhe traz a maior vantagem (Editorial, O Estado de São Paulo em 18 de junho de 2004).

A questão central reside em que se trata do modo de atuação “normal” do MST. Ele não cometeu nenhum excesso, fez meramente aquilo que sempre faz. (...). As invasões estão mostrando a sua verdadeira cara, que não é pacífica (...) parece que não aprendem. Ou melhor, não querem aprender, pois seu objetivo consiste em inviabilizar o agronegócio e, de modo mais abrangente, o estado de direito. (ROSENFELD, opinião sobre a ação do MST na fazenda Cutrale, O Globo em 26 de setembro de 2009)

O tema das ocupações de terra também ganhou destaque. Foi o segundo enquadramento que mais apareceu nos textos sobre a CPMI da Terra e o sexto na CPMI do MST. As ocupações de terra são consideradas como desordem e como fator

que aumenta a tensão no campo, não sendo questionada a concentração de terra por poucos proprietários. A ligação entre ocupação de terra e prejuízo à economia é trabalhada sob este enquadramento, onde a reforma agrária “dentro da lei” não inclui a ação de movimentos sociais. Foram 22 textos que enfatizaram a ocupação de forma negativa em ambas investigações, sendo um inserido em coluna e 21 deles em formato de notícia - inclusive o exemplo “Oposição faz alerta, petistas pedem avanço”, texto da Folha de São Paulo não assinado.

Álvaro Dias (PSDB-PR) lembrou a importância do agronegócio na economia brasileira, citando que cerca de 42% das exportações no ano passado foram de produtos agrícolas, pecuários e agroindustriais. "A crescente situação de insegurança e violência semeada pelo MST pode inviabilizar a continuidade desse êxito."(...) Já Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o MST ganhará mais simpatia à causa se não houver violência nas invasões. (FOLHA DE SÃO PAULO, Editoria Brasil, em 8 de abril de 2004)

É também sob este enquadramento foram tratadas as notícias sobre a classificação de ocupação/invasão de terra como ato terrorista e/ou crime hediondo, feito pelo relatório da CPMI da Terra. As matérias são de 29 e 30 novembro de 2005 e foram publicadas pelo jornal O Globo e O Estado de São Paulo, respectivamente. Ambas notícias se concentram em relatar como a aprovação do relatório final da CPMI, destacando em título a proposição ruralista.

No caso do jornal O Globo, o título foi “CPI da Terra aprova relatório que classifica ocupação de ato terrorista”, que trata a ocupação sob a via do protesto criminalizado por sugestão do Parlamento; já O Estado de São Paulo intitulou sua notícia da seguinte forma: “CPI propõe tornar invasão de terra crime hediondo”, onde trata a ocupação sob a constatação de algo que afronta a propriedade, no caso a invasão. A notícia assinada por Gilse Guedes destaca as ações de retirada de indiciamentos contra líderes do MST e as classificam como acordos firmados com “parlamentares simpáticos ao MST”, além de assumir, sem contestação, a narrativa de que organizações civis investigadas são braços econômicos do MST.

O relatório substituto também propõe que a Justiça acione as entidades que dão face legal ao MST e funcionam como seu braço econômico. (...) Os parlamentares simpáticos ao MST reagiram e chegaram a se retirar da sala, num gesto de protesto contra a rejeição do texto de João Alfredo, cujo tom era totalmente diferente: acusava grupos de proprietários rurais de

instigarem a violência e pedia o indiciamento do presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia” (GUEDES, O Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2005).

O questionamento aos proprietários rurais, enquanto antagonistas de movimentos sociais de luta pela terra, aparece como o quinto enquadramento predominante na CPMI da Terra. A busca desses textos mostra que se trata, prioritariamente, das notícias veiculadas sobre o assassinato da religiosa estadunidense, Dorothy Stang. O assassinato de irmã Dorothy, em fevereiro de 2005 no Pará, foi o único momento em que o patronato rural e a violência causada pela defesa da propriedade, ou tentativas de expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores sem terra foi vinculado à CPMI da Terra e suas investigações. Na CPMI do MST, este enquadramento nem aparece nos textos analisados.

Por outro lado, na CPMI do MST aparecem oito textos que predominam a narração de constrangimentos ruralistas ao MST, identificados pelo enquadramento “Ruralistas querem constranger o MST”. Esse enquadramento não é necessariamente positivo aos movimentos populares, mas narram, em sua maioria, as movimentações ruralistas contra o MST durante as investigações.

Ao tomar os textos que citaram a CPMI da Terra, se somarmos os enquadramentos predominantes de caráter negativo aos movimentos sociais, tem-se 9 textos classificados nos enquadramentos 1, 2, 3 e 9 da tabela A. Ao enquadramento 5, que prioriza o questionamento à atuação de proprietários de terra, apenas um texto. No caso da CPMI do MST, todos os enquadramentos encontrados são de caráter negativo ao MST, mesmo que o texto descreva algum constrangimento ruralista a movimentos sociais.

Chama atenção a destinação de seis textos que questionam o cumprimento os objetivos das investigações. São textos que centralizam o término insatisfatório e governista, no caso da CPMI do MST, ou a polarização de ambos os lados, sem que se tivesse um resultado satisfatório, ou mesmo tal como a coluna escrita por Tereza Cruvinel em novembro de 2005, após o fim da CPMI da Terra.

Na sessão final da CPI da Terra, outras cenas de hostilidade. A senadora Ana Júlia rasgou e lançou aos ares o relatório do deputado Abelardo Lupion. Se ela exagerou, mais ainda o fizeram os ruralistas da CPI, ao aprovar um parecer alternativo

que ofende a realidade agrária. Antes, haviam rejeitado o parecer do relator João Alfredo (PSOL-CE), que apresentava a questão do ponto de vista exclusivo dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. Mas Lupion foi para o extremo oposto. (CRUVINEL, coluna Panorama Político- O Globo em 29 de novembro de 2005)

Outros exemplos relacionados à reforma agrária e o papel do Estado na sua promoção foram abordados em menor grau pela imprensa. No entanto, a defesa da propriedade e do próprio agronegócio também não ganhou predominância. Isto significa que, para os meios de comunicação, o debate principal tem relação com a atuação e o financiamento dos movimentos sociais, suas relações com o Governo Federal, em que estava em pauta, principalmente, o debate acerca da legitimidade destes movimentos em acessar o dinheiro público, ou mesmo sua legalidade diante das formas de protesto. Não raras as vezes que a legitimidade é relacionada à cobrança de uma identidade jurídica ao MST, ainda que as organizações civis que mantiveram convênios públicos tenham as suas.

Por outro lado, o papel da mídia na construção da agenda pública perpassa pela análise da visibilidade dos atores políticos. A sua presença (ou ausência) pode reforçar papéis sociais, estereótipos e posições que influem na interpretação dos acontecimentos, tal como a ênfase em determinados atributos. Há uma relação entre “o que” e o “quem” é objeto da notícia (MIGUEL e BIROLI, 2011, p.24).

Nesse sentido, ao verificar a predominância de vozes de parlamentares ligados à bancada ruralista, conforme a tabela C, permite-nos concluir que esse grupo definiu, na maioria das vezes, o conteúdo e os atributos de maior destaque no texto jornalístico.

TABELA C: Vozes presentes na CPMI da Terra

Quais vozes presentes?	Frequência.	%
1- Bancada ruralista	61	39,9%
2- Organizações sociais de luta por terra e território	42	27,5%
3- Parlamentar não ruralista	40	26,1%
4- Governo	24	15,7%
5- Outras autoridades públicas	24	15,7%
6- Organização social ruralista	20	13,1%
7- Especialista	5	3,3%

TABELA D: Vozes presentes na CPMI do MST

Quais vozes presentes?	Frequência	%
1- Não resposta	26	29,21%
2- Bancada Ruralista	23	25,84%
3- Parlamentar não ruralista	14	15,73%
4- Governo	9	10,11%
5- Organizações sociais de luta por terra e território	7	7,86%
6- Outras autoridades públicas	6	6,74%
7- Organização social ruralista	3	3,37%
8- Especialista	1	1,12%

Na CPMI do MST, mesmo em menor grau, as organizações de luta por terra e território também tiveram quantidade de menções relevantes nos textos jornalísticos. Em algumas menções, o movimento social não está presente no texto, sendo substituída por um parlamentar não ruralista. Poucos especialistas foram mencionados como fontes, o que revela um menor interesse no debate conceitual sobre a reforma agrária, mas sim nas disputas políticas entre ruralistas e movimentos sociais. Já na CPMI do MST, a maioria dos textos não estabelece o uso de nenhuma voz. Apenas descreve situações, fatos e disputas. Por outro lado, é quase similar à quantidade de textos que mencionam algum parlamentar ruralista.

Se a análise, no entanto, for pelo cruzamento entre os enquadramentos e as vozes presentes (tabela E e F), notamos que no enquadramento que mais predominou, foi a bancada ruralista quem forneceu os atributos de destaque de forma prioritária (ainda que na CPMI do MST ele venha em segundo, com uma diferença mínima). Há um acolhimento maior por parte da mídia das reivindicações e conceitualizações que a bancada ruralista forneceu durante as CPMIs, ou seja, é o ator político prioritário.

TABELA E: Enquadramento x Vozes presentes na CPMI da Terra

Enquadramento/Quais vozes presentes?	Bancada Ruralista	Parlamentar não ruralista	Organizações sociais de	Organização social ruralista	Especialista	Governo	Outras autoridades públicas	TOTAL

			luta por terra e território					
Dinheiro Público financia MST	31	10	10	2	1	7	12	77
Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo	6	3	8	9	1	3	2	33
Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade	6	5	6	3	1	3	0	25
PT/Governo é pró-MST	3	3	3	2	0	5	1	20
Proprietários de terra causam violência e tensão no campo	2	7	1	1	0	0	3	17
Estado causa entraves à reforma agrária	3	3	4	0	1	1	2	14
Ruralistas querem constranger MST	2	2	3	1	0	1	1	12
ONGs financiam MST	4	1	1	0	0	0	2	8
CPMI não cumpriu seu objetivo	1	2	0	0	0	0	0	8
Reforma Agrária é política inconsequente	0	0	3	0	1	2	0	7
Estado não combate violência no campo	1	1	2	0	0	1	0	5
Os problemas no campo não se resumem ao MST	1	2	0	0	0	1	0	4
Agronegócio é a modernidade para o campo e promove a riqueza para o Brasil	1	1	1	0	0	0	0	3
Propriedade de terra é direito	0	0	0	2	0	0	0	2
Financiamento das organizações ruralista	0	0	0	0	0	0	0	1
Novas políticas para reforma agrária	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	61	40	42	20	5	24	24	237

Tabela F: Enquadramento x Vozes presentes na CPMI do MST

	Não resposta	Bancada Ruralista	Parlamentar não ruralista	Organizações sociais de luta por terra e território	Organização social ruralista	Especialista	Governo	Outras autoridades públicas	TOTAL
PT/Governo é pró-MST	8	9	8	2	0	0	1	2	30
Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade	6	4	3	3	0	0	1	2	19
Dinheiro Público financia MST	6	4	0	0	1	1	4	0	16
Ruralistas querem constranger MST	3	3	2	1	0	0	2	1	12
Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo	0	1	0	0	1	0	1	1	4
CPMI não cumpriu seu objetivo	1	1	1	0	0	0	0	0	3
Reforma Agrária é política inconsequente	0	0	0	1	1	0	0	0	2
ONGs financiam MST	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Propriedade de terra é direito	1	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	25	23	14	7	3	1	9	6	88

Considerações Finais

Segundo Birolí (2013, p. 138), o jornalismo pode ser considerado um regulador da pluralidade política e social, onde seu papel principal não seria o de expor os conflitos, mas de exclusão da agenda pública aqueles que vão de encontro aos

consensos políticos, demarcando os conflitos políticos aceitáveis (Hallin Apud Biroli, 2013, p. 138).

O jornalismo, desta forma, exerce um papel de “gestor de consensos”, onde a “centralidade na reprodução e difusão de representações da política advém do fato conhecido de que a maior parte da população tem acesso à política institucional, sobretudo em nível nacional, pelos meios de comunicação” (Biroli, 2013, p.138).

Os textos veiculados pelos meios de comunicação, cujo tema foi a CPMI da Terra e a CPMI do MST, possibilitaram a construção de uma narrativa que justificou a ação coercitiva e investigativa do Parlamento contra as entidades em questão. As quebras de sigilo bancário de entidades sejam de trabalhadores, seja patronal, no caso da CPMI da Terra, foi o filão investigatório que produziu mais apelo midiático.

Não obstante, a análise dos enquadramentos presentes nos jornais pesquisados nos mostra que os privilégios de recursos dos ruralistas não são somente do ponto de vista econômico, mas também simbólico. A intolerância ao MST, manifestada pela CPMI da Terra e seguida na CPMI do MST, ganhou os meios de comunicação e beneficiou os discursos ruralistas não necessariamente pela defesa de seus interesses, mas pela desconstrução do interesse antagônico e de sua imagem como ator político legitimado, seja por sua identidade enquanto movimento popular, seja pela promoção da desconfiança da opinião pública acerca da idoneidade da causa promovida.

Os meios de comunicação de massa influem na fabricação e reprodução de representações do mundo social que fundamentam a compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos, dos outros e de seus interesses. Neste sentido, os meios de comunicação também são instrumentos de difusão de projetos políticos. Como afirma Miguel (2014, p.153), “as vozes que se fazem ouvir na mídia possuem um viés”. Neste sentido, os enquadramentos e, com eles, os atributos mobilizados trazem consequências para o jogo político e a construção de consensos sobre determinadas agendas e a disseminação de determinados projetos políticos, em detrimento de outros.

Nesta pesquisa, os jornais reproduziram o argumento ruralista de que o MST desviou dinheiro público, através de entidades não governamentais, para realizar

protestos que são uma afronta ao direito de propriedade. Para a bancada ruralista, o Governo do PT, por sua vez, se utilizou de corrupção para garantir os protestos destes movimentos, devido seu alinhamento ideológico. Por outro lado, a desigualdade social imposta pela concentração fundiária do território brasileiro e a existência de trabalhadores sem-terra organizados não foi atributo predominante. Percebe-se, no entanto, que o fôlego da imprensa sobre o tema, a partir de CPIs, é perdido na investigação seguinte, muito provavelmente pela falta de novos enquadramentos.

Opera-se, deste modo, uma narrativa de teor criminalizatório dos movimentos sociais, sendo o MST a síntese encontrada ao que tange a qualquer movimento popular que questione a concentração de terras por meio de protestos que desafiam a propriedade como valor absoluto.

Referências

- AZEVEDO, F.A. **A Grande Imprensa e o PT** (1989-2014). São Paulo: Edufsc, 2017.
- ABERS, R; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. **Repertórios de interação estado sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula**. Dados, v. 57, n. 2, p. 325- 357, 2014.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton (2011). *Duas faces do poder*. Revista de Sociologia e Política: Curitiba, v.19, n.40, p.149-157.
- BIROLI, Flávia. **Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos**. Revista Estudos Políticos, Rio de Janeiro, n 6, pp 126-143, 2013.
- BIROLI, F. MIGUEL, Luis F. **Razão e sentimento: a comunicação política e a decisão do voto**. Anais do XX Encontro da Compós. Porto Alegre: UFRGS, 2011
- BRUNO, R. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.
- CPMI DA TERRA. **Notas Taquigráficas**. Senado Federal, 2005.
- CPMI do MST. **Notas Taquigráficas**. Senado Federal, 2011.
- DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DIAS, E. **Hegemonia: nova civilidade ou domínio ideológico?** In Revista Histórias & Perspectivas. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, nº 05: jul-dez, pp. 5-44, 1991.
- ENTMAN, Robert M. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication nº 43 (4), p.51-58, 1993.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, Sérgio P. **Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 n° 74. p.159-177, 2010.

LIMA, Venício A. **Política de Comunicações no Brasil: Novos e Velhos atores**. Preparado para o XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association. Chicago, Illinois September 24-26, 1998.

LUPION, Abelardo. **Relatório dos Trabalhos da “CPMI da Terra”**. Voto em Separado, 2005.

MANTOVANI, D. **Mídia e Eleições no Brasil: disputas e convergências na construção do discurso político**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDONÇA, Ricardo F. e SIMÕES, Paula G. **Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)* Vol. 27 n° 79 junho, pp 187-235, 2012.

MIGUEL, Luís F. **Democracia e Representação: Territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MOM, **Media Ownership Monitor Brasil**. Disponível pelo link <https://brazil.mom-rsf.org/br/> (Acesso em 18 de julho de 2018)

MORAES, D. **Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. *Revista Debates*. Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun, 2010.

SAUER, S. (2010). **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Textos de jornais citados

COSTA, R; PIRES, C. **Maioria Governista ameaça inviabilizar CPI do MST**. Editoria: Nacional. O Estado de São Paulo, 23 de outubro de 2009.

CRUVINEL, T. **Enfado e violência**. Coluna Panorama Político. O Globo, 29 de novembro de 2005.

ÉBOLI, E. **CPI da Terra aprova relatório que classifica ocupação de ato terrorista**. Editoria O País. O Globo, 29 de novembro de 2005.

EDITORIAL. **Financiamento do Esbulho**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 18 de junho de 2004.

GRAZIANO, X. **Podridão Agrária**. Opinião. O Globo, 06 de dezembro de 2005.

GUEDES, G. **CPI propõe tornar invasão de terra crime hediondo**. Editoria Nacional. O Estado de São Paulo, 30 de novembro de 2005.

ROSENFELD, Denis L. **Excesso ou regra?** Opinião. O Globo, 26 de outubro de 2009.

SUCURSAL DE BRASÍLIA. **Oposição faz alerta, petistas pedem avanço**. Editoria Brasil. Folha de São Paulo, em 8 de abril de 2004.